



“A terceira margem do rio”: Semiótica e poética em Guimarães Rosa

Geraldo Vicente Martins*

Resumo: Neste trabalho, analisam-se alguns procedimentos expressivos que configurariam a poeticidade no conto “A terceira margem do rio”, do escritor brasileiro Guimarães Rosa. Para tanto, recorre-se ao instrumental da semiótica discursiva, teoria segundo a qual a poeticidade pode ser encontrada em um texto quando categorias do plano da expressão tornam-se homologáveis às do plano do conteúdo, levando a mensagem a obter maior grau de encanto e eficácia.

Palavras-chave: semiótica discursiva, poeticidade, literatura brasileira, Guimarães Rosa

1. Enunciando a questão

Na abordagem de textos literários, uma das questões que mais interessa ao analista diz respeito à busca de compreender como se constitui, a partir dos elementos e mecanismos que a língua oferece, a especificidade de tais textos. Nesse sentido, a proposição de uma categoria como a da poeticidade veio contribuir de modo significativo para os estudos da área, razão pela qual a questão poética passou a ser alvo desde estudos que se fundamentam em uma visão intuitiva, responsável por uma análise romântica da poesia que destaca a genialidade do autor, até concepções da moderna crítica literária, que apontam para a desconstrução linguística como forma de recuperar os elementos geradores do fato poético e a riqueza de sentidos que este cria.

Considerando essas várias alternativas teóricas oferecidas para a tentativa de compreensão do fator poético, um encaminhamento teórico que nos parece bastante produtivo é o trazido pela semiótica de linha francesa, ou discursiva – denominação que se adota neste texto.

Disposta a dedicar-se ao trato do texto poético, em uma perspectiva que confere a este a amplitude necessária no âmbito dos estudos languageiros e, portanto, sem restringi-lo às manifestações verbais em versos, desde a década de 1970, a semiótica viu-se às voltas com a necessidade de desenvolver procedimentos adequados para estudar-lhe as configurações responsáveis pela construção de sentidos. Nesse particular, cumpre lembrar a publicação da obra coletiva *Ensaios de semiótica poética* (1975), original de 1972, em cuja

apresentação, “Por uma teoria do discurso poético”, Algirdas Julien Greimas considerava como ponto de partida o conceito jakobsoniano de função poética da linguagem, tido como resultado da “projeção do princípio de equivalência do eixo de seleção sobre o eixo de combinação”.

Avançando a partir daí, e retomando as proposições de Hjelmslev a respeito do plano de conteúdo e do plano de expressão da linguagem, a semiótica passa a considerar que um dos mecanismos responsáveis pela poeticidade diz respeito à presença, em qualquer texto, de elementos da expressão, articulados em uma categoria, que se tornam homologáveis aos do conteúdo, levando a mensagem a obter maior grau de encanto e eficácia.

Não era sem razão, portanto, que, ao longo de suas formulações, o semioticista afirmava:

O postulado da correlação do plano da expressão e do plano do conteúdo, que define a especificidade da semiótica poética, se faz presente ao longo de toda esta coletânea, justificando-a ao mesmo tempo como demonstração dos processos de análise e como lugar de sua validação. (Greimas, 1975, p. 11)

Essa concepção do acontecimento poético a partir da relação mantida entre categorias da expressão e do conteúdo fez escola no âmbito dos estudos semióticos sobre poesia, encontrando em Claude Zilberberg um pesquisador dedicado às questões que os motivavam. Em um dos textos em que retoma discussões a res-

* Professor Adjunto Universidade Federal de Mato Grosso do Sul UFMS. Endereço para correspondência: (geeedmartins@yahoo.com.br).

peito das relações entre semiótica e poesia, presente no volume *Razão e poética do sentido*, esse autor, aliás, chama atenção para a necessidade de se pensar como se estabelece a ligação entre um “acidente local” e “um dado semântico”, este sendo “coextensivo ao poema” (2006, p. 171).

Neste artigo, em que ensaiamos uma análise do conto “A terceira margem do rio”, de Guimarães Rosa, buscando, junto à compreensão dos sentidos que nela se apresentam, atestar passagens em que a expressão se alia ao conteúdo para criar efeitos de poeticidade, convém não desconsiderar o problema apontado por Zilberberg, adaptando-o à abordagem que propomos do texto rosiano: até que ponto os trechos ditos poéticos, espalhados ao longo da narrativa, apontam para os sentidos construídos em sua globalidade?

2. Margens da existência, do sentido e da poesia

“A terceira margem do rio” apresenta, desde o início, a questão que direcionará a narrativa, que trata do estranhamento causado pela decisão de uma pai de família, até então com uma vida bastante ordenada, de construir uma canoa e passar a habitar sobre as águas do rio que fica próximo da fazenda onde habita. Sua abertura com a instauração do ator *pai*, que se faz acompanhar do possessivo *nosso*, indicando aí a presença velada de um outro ator, e em que se delinea a perspectiva enunciativa, traz para o centro da cena a problemática da identidade do narrador, a qual, para constituir-se, necessita do contraponto de outra, a da figura paterna. Entretanto, logo se percebe que a contraposição diz respeito a níveis distintos de atuação desses atores, colocando-os em planos dissimétricos, uma vez que se pressente a amplitude da admiração que o filho nutre pelo pai, inserindo-o, pode-se dizer, em uma dimensão heroica.

A caracterização do pai sintetiza, por sua vez, o percurso de vida até o momento em que se inicia o acontecimento a ser narrado; tal descrição comporta um valor eufórico, dado que se encontra revestida de atributos considerados favoráveis, conforme se pode ver na leitura que deles faz, inclusive, o senso comum: *cumpridor, ordeiro, positivo*. Não fosse suficiente o seu testemunho, o narrador convoca, para também falar dessa identidade paterna, a voz de outras pessoas e, não sendo estas suficientes, traz as próprias lembranças para o relato, buscando ampliar o efeito de sentido de subjetividade e colocando-se, de vez, presente no enunciado, por meio da projeção enunciativa dos atores, pela qual ao dizer *eu* cria-se o simulacro do sujeito da enunciação.

É de se notar na constituição do relato que há certa oscilação entre um registro enuncivo e outro enunciativo, justificada, de certa forma, pelo objetivo do

narrador: lembrar no presente, tempo da enunciação, impressões pretéritas, tempo do enunciado, a respeito do que teria ocorrido com seu pai. Assim, a organização temporal da narrativa articula-se pela oposição *agora vs então*, correlacionando-se à organização actorial cuja oposição se apresenta como *pai vs filho*, em nível discursivo, e como *identidade vs alteridade*, em nível fundamental.

A comparação efetuada pelo narrador constata uma semelhança inicial entre o comportamento dos outros, considerando-o como um homem normal em meio aos afazeres; todavia, essa concepção é rompida pelo breve enunciado que segue: *Só quieto*. A nosso ver, não se pode deixar de considerar, em se tratando de um texto de Guimarães Rosa, essas interferências significativas do plano da expressão no do conteúdo: assim, enquanto neste se marca a diferença entre o pai e os outros (quieto), naquele, por meio da sintaxe frasal, reforça-se tal distinção, considerando-se que, em contraposição à extensão da frase anterior, na qual havia a comparação, cria-se um isolamento sintático e semântico para o ator pai (só); caracteriza-se, assim, não apenas sua quietude mas também um possível manter-se à parte, antecipando-se, dessa forma, um isolamento que será buscado por ele no desenvolvimento da narrativa.

Outra figura do relato, a qual, pelo comportamento ativo, acabará por se contrapor à atitude passiva e ensimesmada do pai, é apresentada a seguir: a mãe. Por meio do fazer desta, são introduzidos os demais componentes da família do narrador: um irmão e uma irmã. A narrativa encontra-se em um estado de normalidade, pois a família segue o curso esperado, apesar de uma ou outra característica particular de cada um dos que a compõem, pode-se dizer que os sujeitos encontram-se no plano existencial da ordem, se, por esta, entender-se a ausência de qualquer fato que incomode ou coloque em risco a estrutura familiar, em seu aspecto financeiro ou emocional. A oração seguinte, porém, fazendo-se introduzir por um termo de natureza adversativa (*mas*) irá instalar o conflito, marcando a irrupção do acontecimento e favorecendo o desenrolar da narrativa.

O fato desencadeador do conflito é uma encomenda feita pelo pai que, junto ao estranhamento provocado nos demais sujeitos, rompe a normalidade narrativa que vinha marcando o conto. A canoa é o primeiro indício de que o cotidiano dos atores sofrerá uma transformação – e sua encomenda revela já uma mudança que tínhamos sobre o ser do sujeito pai, pois, ao mandar fazer a canoa, ele apresenta um comportamento ativo: é capaz de tomar decisões e agir no sentido de realizá-las, ainda que seu fazer necessite do auxílio de terceiros.

Aos poucos, evidencia-se que a canoa encomendada pelo pai é um objeto no qual ele investe determinados

valores, a respeito dos quais a narrativa não oferece, no momento, maiores informações; todavia, é possível supor que seja de grande importância, uma vez que se torna responsável pelo rompimento das relações tranquilas entre o pai e demais atores da narrativa.

Na continuidade do texto, encontra-se a descrição do material empregado na construção da canoa e a apresentação do espaço a que ela se destina (o rio), além da influência que o projeto do pai passa a ter sobre o cotidiano familiar, sobretudo em relação à mãe. Esta lhe chama a atenção para o despropósito que está cometendo, ao que o pai nada responde, reforçando-se a quietude já identificada pelo narrador. Contudo, essa quietude não pode mais ser identificada como algo passivo e sim como índice de um fazer anterior, pois, como se notou há pouco, trata-se de um sujeito ensimesmado, portanto, voltado para si mesmo, com fortes tendências reflexivas, isto é, de um agir que incide sobre si próprio e, talvez possamos dizer, que leva a uma busca existencial, a uma procura do significado de existir ou, ainda, de algo que transcenda os valores comuns do cotidiano.

Nesse momento da narrativa, é-nos dada ainda a apresentação do rio, cuja descrição ressalta a dimensão que possui: *grande, fundo e largo*. Não se trata de um rio qualquer, mas de um que abriga características próprias e é objeto de certa afetividade por parte do narrador, sobretudo porque recebe também um epíteto que não lhe é pertinente – *calado*, pois este contém o traço semântico de /animado/, o que desencadeia uma isotopia em que se efetua a leitura do rio em um outro plano de significação. Cumpre observar que há uma possível identificação entre o pai e o rio pelo uso desse epíteto: um é quieto, o outro é calado.

Ao marcar o dia da conclusão da canoa, reafirma-se o caráter enunciativo do relato, como a apontar para a importância que esse acontecimento teve na vida dos atores. A conjunção entre o pai e a canoa dá-se, ao contrário do que se poderia esperar, de forma neutra: não há qualquer demonstração de ânimo que possa auxiliar na descoberta do valor investido pelo sujeito no objeto. A despedida entre pai e familiares intensifica a ruptura que a encomenda da canoa já antecipara; a maneira como ocorre a despedida é brusca – não há outras palavras, não há carregamento de provisões; é tudo breve e seco.

Nesse momento, a figura materna interfere, mais uma vez, nas atitudes do pai, e, em sua fala, encontra-se inequívoca demonstração do plano de expressão a associar-se, poeticamente, ao conteúdo. A recomendação materna (*Cê vai, ocê fique, você nunca volte*) é bastante significativa porque, enquanto seu conteúdo revela a disjunção gradual e definitiva do pai, fisicamente pelo menos, de seus familiares, a expressão também conduz a esse sentido de afastamento, sobretudo pela reconstituição visível do pronome você

(*cê - ocê - você*), mas também pela estrutura métrica dos três enunciados que compõem a recomendação, estrutura que se amplia progressivamente. Assim, se no conteúdo, opera-se com a categoria *proximidade vs distanciamento*; na expressão, pode-se verificar a presença de *condensação vs expansão*.

No belo ensaio que contempla este conto, na obra *Semiótica à luz de Guimarães Rosa*, em análise dedicada, sobretudo, às questões do plano do conteúdo, Luiz Tatit, nas linhas iniciais, já aponta para esse movimento semântico contraditório que a narrativa põe em cena, ao lembrar que o ator pai busca prolongar “indefinidamente um estado que, em princípio, se coaduna com a transitoriedade” (Tatit, 2010, p. 107). Trata-se, então, ao longo do conto, de tematizar a expansão do condensado, do conciso, o que se recupera em trechos como o apontado acima.

A passagem que segue mostra-se de grande importância, pois evidencia que o narrador continua ligado ao pai, apesar da separação entre este e os familiares. Na verdade, tal ligação é tão intensa que chega a incutir nele o desejo de permanecer em conjunção com a figura paterna, partindo junto com ele para adentrar as águas do rio em sua canoa. Verifica-se, então, que a construção da canoa é simples programa narrativo de uso, uma vez que sua finalidade concerne a permitir ao pai que realize um projeto de base, o de entrar em conjunção com o rio, objeto que resguarda, portanto, valores essenciais para o sujeito.

O registro enuncivo do trecho seguinte, que abarca a íntegra do parágrafo, recurso presente pela primeira vez no conto, constitui-se como procedimento muito adequado ao sentido que, nele, se constrói, posto que contribui para caracterizar o afastamento físico definitivo do pai, o qual, contudo, permanecerá onipresente na vida de todos, habitando-lhes os pensamentos, mormente os do narrador.

As indicações posteriores da narração servem para melhor delinear o desejo do pai, embora não para torná-lo claro: ele pretende simplesmente estar no rio. Ressalte-se que a atitude do pai é igualmente extraordinária para os demais atores; isso ocorre porque se trata de uma ação extraordinária em si, e não apenas por qualquer julgamento que dela tenham feito os outros. Esses atores, entretanto, não efetuam qualquer fazer somático para influir na vontade do pai, mas tão-somente um fazer cognitivo (tomar juntamente conselho), o qual, evidentemente, em nada resulta.

A seguir, partindo da postura da mãe para, mais uma vez, contrapô-la à do pai, trata-se de buscar explicações para a atitude deste, ou seja, é a necessidade de entender que predomina no trecho. Narrativamente, os outros sujeitos desejam passar do estado de ignorância ao de conhecimento; o objeto do querer é, portanto, um objeto do saber. Todavia, essa transformação, que permitiria a passagem de um estado a outro, não ocorre, e

as possíveis explicações apresentadas para o fazer do pai não passam de simples especulações dos demais atores do discurso.

Na verdade, nesse momento, a narrativa encontra-se em uma perspectiva actorial conflitante, pois os sujeitos possuem desejos divergentes; assim, enquanto a família deseja estar em conjunção com o pai, este deseja a conjunção com o rio, que, vai-se percebendo aos poucos, permite a ele, no isolamento, uma experiência considerada fundamental para o ser humano, a conjunção consigo mesmo, com a natureza e, por extensão, com o próprio sentido da vida, o que retoma a temática da busca existencial sugerida acima. Esperar então, figurativamente, que o pai retorne ao lar é tempo perdido, espera inútil porque infrutífera.

Ao relacionar prováveis motivos que justificassem o retorno do pai a terra, o narrador, por meio da modalização veridictória, determina o estatuto de mentira para um deles: a falta de mantimentos. Embora alguns familiares acreditem que o pai esteja ficando sem provisões, o narrador mostra que tal fato não é verdadeiro, uma vez que ele próprio se encarrega de levar, às escondidas, alimentos para o pai; assim, o que parece não é. Ao mesmo tempo, com sua atitude, o narrador cria para si o estatuto de sujeito do segredo, uma vez que não parece mais ligado ao pai, mas o é; tal estatuto, implicando uma relação profunda com o pai, aponta para a constituição de sua identidade, fundada na relação com a figura paterna.

O elo entre os familiares e o pai é o narrador que, embora permaneça em conjunção com a família, não se encontra totalmente disjunto do pai: no plano cognitivo, pensa nele; no pragmático, leva-lhe alimentos. Tamanha lealdade do narrador ao pai não é sentimento efêmero, mas duradouro; a passagem que comprova tal fato não deixa também de ter certo teor “poético”: *Isso, que fiz, e refiz, sempre, tempos a fora*. No período, a repetição do *fiz* no *refiz* abriga intencionalidade e soma-se à similaridade das sílabas nasais *sem-* e *tem-* para indicar a reiteração e a duratividade da prática mencionada; assim, a *pontualidade vs duratividade* manifestada no conteúdo é intensificada pela *oralidade vs nasalidade* da expressão.

Na ausência do pai, vê-se que a mãe assume o seu lugar, posto que detém também a competência necessária ao fazer que o papel exige; dessa forma, procura manter a estrutura familiar: dirige os negócios da família e da fazenda, com a ajuda do irmão; providencia a educação para os filhos e, além disso, ainda tenta manipular o pai para que mude de ideia – tentativa que se realiza por meio da tentação do padre e da intimidação dos soldados; ambas, porém, fracassam, uma vez que, embora vise a constituir-se como destinador, ela não pode oferecer os valores almejados pelo pai, e este permanece nas águas do rio.

Situa-se, na passagem, a expressividade do seg-

mento “o dever de desistir da tristonha teima”, em que a alternância aliterativa das oclusivas /d/ e /t/ provoca a impressão fônica de interdição, devido ao obstáculo colocado ao livre trânsito dos sons na produção de tais consoantes; acrescenta-se a essa impressão a presença de vogais fechadas, principalmente o /e/ que aí aparece várias vezes. A interdição, manifestada no plano de expressão, retoma o conteúdo, à medida que este pretende transmitir as tentativas, comandadas pela mãe, de levar o pai a um /dever não fazer/, o de não permanecer no rio.

Todavia, as tentativas de mudar a disposição do pai não surtem qualquer efeito, o que, vale dizer, mostra que o fazer persuasivo buscado pela mãe fracassa. O sujeito continua inacessível mesmo às investidas que fazem para fotografá-lo, demonstrando que não há interesse em chamar atenção para sua atitude.

Investigam-se, então, as condições em que o pai poderia estar sobre as águas, como sua sobrevivência transcorria em um ambiente desprovido de diversas condições fundamentais para a vida. Tal investigação é motivada pelas lembranças do narrador e sua saudade do pai; a preocupação que revela mostra o quanto de carinho possui por ele, intensificada com a menção ao fato de não se poder esquecê-lo; pelo contrário, quando parecia esquecido, sua presença fazia-se mais forte. A ausência física do pai não impede que ele continue presente na vida dos demais atores; com isso, demonstra-se a importância do plano cognitivo, pois, embora interfira no desenvolvimento da narração, possibilita a presença virtual do pai no contínuo narrativo. Tanto é forte essa presença, que continua a influir na existência dos demais atores, que se poderia falar em uma espécie de onipresença: presente em todos os lugares, o pai continua, mais do que nunca, figura fundamental da trama.

O impasse narrativo provocado pela oposição entre a ausência real e a presença virtual do pai parece não ter fim: os demais atores seguem suas vidas, mas, ao mesmo tempo, não deixam de considerar a existência da figura paterna. Casa-se e não se faz festa; elogia-se o mérito do filho e, ainda que ficticiamente, é do pai; nasce-lhe um neto e querem que veja. Mas o pai permanece inacessível, inabalável em sua decisão e em sua permanência no rio. Afinal, que conjunção tão sólida é essa, que não cede mesmo diante de valores assaz consideráveis, como os de vínculo sanguíneo e afetivo?

Dizíamos, no início deste artigo, que uma característica marcante do pai é o ensimesmamento, ou seja, o sujeito mantém uma ligação muito intensa consigo mesmo; não lhe interessa o que se passa no exterior, mas a investigação do próprio interior. Logo, a presença de outrem interfere nessa busca de si mesmo, que está na origem do ensimesmar-se, e torna-se necessário um isolamento para essa investigação. Temos,

assim, em nível fundamental, a oposição *identidade vs alteridade* e, discursivamente, *isolamento vs união*, pois o sujeito busca afirmar sua identidade separando-se dos seus.

Desencadeamento lógico do ensimesmar-se é a conseqüente procura de um algo mais, de um horizonte além. Isolar-se e afirmar a própria identidade são passos iniciais de uma caminhada que leva ao descobrir-se e a descobrir a sua condição – e, por extensão, a própria condição humana e os limites que ela nos impõe. Pode-se supor, então, que mais do que simulacro da solidão possível e afirmação do ser, a conjunção com o rio possui um valor maior ainda para o sujeito: a conjunção com um elemento vital e, desse modo, com a própria vida. A esse propósito, vale a pena rever o epíteto *calado* atribuído ao rio.

Se voltarmos ao conto, veremos a situação de isolamento em que se encontra também o narrador, fato que o aproxima do percurso narrativo do pai. A partida, aos poucos, dos demais familiares deixa-o sozinho, *de resto*, em suas próprias palavras. A utilização de dois vocábulos com significados opostos para caracterizar a passagem do tempo dá conta de apresentar o estado de ânimo que se apossou do narrador: o *devagar depressa dos tempos* é síntese de sua impossibilidade de marcar, objetivamente, o movimento do tempo, pois se este parece lentamente avançar na memória, em sua ação sobre os seres provoca a impressão de celeridade e, o pior, de impiedade. Tanto assim é que, ao trecho anterior, seguirá o abandono do narrador pela mãe, última companheira, que, vítima da ação inexorável do tempo (*envelhecida*), tem de deixá-lo.

Contudo, na verdade, o narrador não resta só, seu pai continua presente, provocando seus pensamentos e suas ações. A sua busca de explicações para a atitude do pai segue, mas não há fatos que apontem alguma direção. Com ele próprio diz, *sem senso* – em que, na expressão, mais uma vez, a repetição de sílabas iniciais de palavras seguidas, nasalizadas, e a aliteração da fricativa /s/ auxiliam na indicação dessa mesmice narrativa que não se resolve. Apenas o tempo prossegue em seu fazer destrutivo, como disse, a propósito, o heterônimo pessoano Álvaro de Campos: ‘como a umidade no corredor do fim da casa, / pondo grelado nas paredes...’ (Pessoa, 1992, p. 242-243).

Ao iniciar a seção seguinte, o conto apresenta o narrador em atitude reflexiva e confessional. Sua afirmação (*Sou homem de tristes palavras*) coloca-nos ante um sujeito que se considera digno de lamentação, afinal, ao mostrar-se assim, revela um sentimento de culpa, o que é logo ratificado pelo enunciado seguinte, em que não bastante a presença por uma vez do indefinido *tanta*, este ainda é reiterado para acompanhar o próprio vocábulo *culpa*.

Embora o narrador faça uma interrogação a respeito da origem de sua culpa, percebe-se que esta se encontra

relacionada à permanência de seu pai sobre o rio – este rio que invade, ou melhor, apodera-se de sua vida, a ponto de, recorrendo-se à expressão, formular-se a irrupção de um vocábulo composto pela justaposição tripla do termo *rio* e, não sendo isso suficiente, colocá-lo isolado logo a seguir, acompanhado por um artigo definido e predicado pelo gerúndio *pondo*, que marca sua constância, e o adjetivo *perpétuo*, invocando sua definitiva perenidade. Note-se também, novamente, o uso predominante de oclusivas (/p/, /d/, /t/), nesse predicado, para confirmar o poder desse rio que a tudo interdita e domina.

Dessa interdição, resulta o marasmo que se apossa do narrador. Tal condição caracteriza um estado letárgico do sujeito, para o qual até a própria existência é colocada em xeque e vista sem uma finalidade aparente; significativa amostra dessa letargia encontra-se na constatação promulgada: *esta vida era só o demoramento*. É preciso ressaltar que, nesse enunciado, aponta-se, simultaneamente, para uma simulação do momento implícito da enunciação, o presente, ao utilizar-se o demonstrativo *esta*, e do momento do enunciado, o pretérito, ao se empregar a forma verbal *era*, o que indica uma ressonância muito forte do que já se passou ainda no tempo presente, isto é, os fatos narrados não pertencem somente ao passado, tempo do vivido, mas repercutem ainda no presente, tempo da vivência. Pode-se, assim, dizer que *esta vida continua ser só o demoramento*, continua a não ter um objeto visível, o que constitui uma concepção negativa da existência.

Desse modo, na sequência somos levados a questionar, junto com o narrador, o estado de sanidade, dele e de seu pai: ele nega veementemente a hipótese de estarem doidos por meio de uma repetição e de um movimento de gradação; essa negação considera desde sua própria doidice até a de todos, em conclusão que abre uma possibilidade radical de escolha: não há doidos ou há, tão-somente, doidos neste mundo. Tal questionamento deve-se ao fato de o narrador estar apresentando sua decisão de assumir o pai em seu mister, isto é, tomar o lugar dele na canoa sobre o rio. Contudo, como somos informados na sequência, a substituição não se concretiza, uma vez que, embora o pai concorde com sua sugestão, o narrador foge assustado quando vê o pai a se encaminhar em sua direção.

Encontra-se, assim, a seguinte estrutura narrativa: há o oferecimento de um contrato da parte de um sujeito, o filho, para outro, o pai; o primeiro se oferece para substituir o segundo em sua tarefa, com o que ficariam ambos libertos, um da sua missão, outro de sua culpa. Trata-se, dessa forma, mais que de um contrato desfeito, de um contrato não cumprido; e o não-cumprimento do contrato leva o narrador a arrepender-se pelo que não fez, e, visto que se ele se

encontrava em uma situação de lealdade para com o pai, passará, posteriormente, a sofrer a paixão do remorso. Antes, porém, que consideremos essa paixão, lancemos um olhar sobre o último enunciado presente no trecho ora em questão.

Nele, utiliza-se, na expressão, do recurso da repetição de um vocábulo para transmitir-se a intensidade da culpa e do arrependimento que traz ao narrador; assim, repete-se, por três vezes, a forma verbal *pedindo* antes de colocar-lhe o complemento, *um perdão*. Alia-se a esse recurso a expressividade da sílaba intermediária do vocábulo que, conforme se notou, causa a impressão de um prolongamento sonoro, o qual pode ser associado, no conteúdo, à culpa que acompanha o narrador do momento do acontecido até o da narração.

Falava-se, há pouco, da paixão do *remorso*. Se este, como nos ensina o dicionário, é um “sentimento de culpa e arrependimento causados pela consciência de haver praticado más ações; remordimento” (Dicionário Houaiss, online, s/p), tal descrição, por sua vez remete à noção de *culpa* que, dentre várias acepções, apresenta, para o conto em análise, como a mais adequada, a de “consciência mais ou menos penosa de ter descumprido uma norma social e/ou um compromisso (afetivo, moral, institucional) assumido livremente” (Dicionário Houaiss, online, s/p).

Ora, outra não é a situação do narrador, pois movido por um sentimento de lealdade, um /não dever não fazer/, sentia como uma obrigação, um /dever-fazer/, portanto, substituir o pai em sua missão de permanecer sobre as águas do rio – note-se que, para a semiótica, a lealdade encontra-se na mesma dêixis da obrigação. Todavia, um /não poder-fazer/ derivado, talvez, da incompreensão a respeito da dimensão sobre-humana desse ato privou-o de efetuar a substituição, deixando-lhe a penosa tarefa de conviver com o remorso. Aliás, o prefixo *re-* no início do vocábulo indica não apenas a reiteração da culpa, mas, sobretudo, a permanência e a atualização dessa culpa para o narrador. Não se pode deixar de notar, ainda, que o remorso incide justamente sobre a interioridade do sujeito, pois se trata de um fazer cognitivo, expandindo-se um pouco o campo passional, que o incomoda constantemente.

Tanto isso é verdade que, no parágrafo final do conto, apresenta-se uma oração reveladora dessa condição do narrador (*sou o que não foi, o que vai ficar calado*). O autorretrato do narrador é impiedoso e mostra a consciência da falta ao ato que o acompanha no presente (*sou*), advinda do passado (*não foi*) e que há de permanecer no futuro (*vai ficar*). O *ficar calado* retoma uma característica fundamental do pai, parte indissociável de sua identidade, e também um dos epítetos atribuídos ao rio.

Dessa forma, feita a constatação, nada mais resta ao sujeito senão encerrar a narração de sua desventura

com a expressão de um desejo, de uma vontade: perto da morte, ser posto também em uma canoa sobre o rio. Tal vontade encontra-se expressa laconicamente; feito isso, o narrador conclui seu relato com a menção a um rio e, nele, sua pessoa solta, liberta, navegando.

Ao final da narrativa, elementos da expressão são, mais uma vez, alçados a papel significativo, visto que pela repetição, tripla novamente, do vocábulo *rio*, seguido a cada vez por um circunstancial adverbial, os quais visam a apontar para a dimensão ilimitada do rio, indica-se o movimento que o corpo do narrador realizará nas águas desse rio. Por tal recurso, pode-se até vislumbrar a sua canoinha de nada ziguezagueando pelo leito do rio, em busca dessa terceira margem que também se vislumbra, mas na qual não se aporta jamais: a possibilidade de existir somente, simplesmente viver, sem compromissos ou desvios, a vida plena, ou, simplesmente, a vida. Parece-nos, ao cabo, natural que assim o seja: o rio reveste-se para o pai, e no fim também para o filho, do valor /vida/; e a invocação desse termo, às claras, no final do conto, exige a aparição de seu contrário, o que ocorre na expressão *no artigo da morte*, uma vez que, antes da morte, há que se cumprir a vida, invocando assim a complexidade da existência humana. Aliás, o fim do conto apresenta também bela metáfora para a existência humana, *água que não pára, de longas beiras*, considerando a busca de expandir essa jornada empreendida pelo pai.

Para o desfecho da narração, convinha que sua última sentença fosse dedicada ao rio, que, como algo inatingível, dados os valores que incorpora ao longo do conto, permanece na linha do horizonte e predomina sobre tudo o mais; assim, a narração que se iniciara para contar o trajeto do pai esquece-o, no final, e trata apenas do rio. Quanto ao desejo do sujeito, e sua conjugação imaginária com o rio, trata-se da única maneira de sobreviver ao remorso: atualizar, na memória, o cumprimento da obrigação que deveria ser sido mas não foi, e restaurar, assim, a possibilidade de uma continuidade suportável para a própria existência.

3. Apontamentos finais

No ensaio já mencionado, Tatit lembra que uma das questões notáveis no conto é a da conjugação de um andamento desacelerado, que afeta o tempo, e uma tonicidade forte, que incide sobre o espaço (2010, p. 108), fator que desestabiliza o narrador, razão pela qual o semiótico é levado a propor a noção de “acontecimento extenso” para dar conta do episódio memorável visado na narrativa.

A nosso ver, findo este exercício de análise sobre “A terceira margem do rio”, é também essa conjugação que permite ao conto sustentar, nos termos de Zilberberg, “acidentes locais”, as ocorrências de poeticidade que apontamos, vinculados ao sentido global do poema, a sina de um homem que, embora limitado

no espaço, busca apreender o sentido da experiência humana. ●

Referências

Greimas, Algirdas Julien

1975. Por uma teoria do discurso poético, *Ensaaios de semiótica poética*. Trad. Heloysa Lima Dantas. São Paulo: Cultrix/Edusp.

Houaiss

s/d. Dicionário Houaiss. Versão On-line. Portal

UOL: houaiss.uol.com.br. Acesso em 15 de março de 2014.

Pessoa, Fernando

1992. *Poesia de Álvaro de Campos*. São Paulo: FTD.

Tatit, Luiz

2010. Práticas impregnantes - “A terceira margem do rio”, *Semiótica à luz de Guimarães Rosa*. São Paulo: Ateliê Editorial.

Zilberberg, Claude

2006. *Razão e poética do sentido*. São Paulo: Edusp.

Dados para indexação em língua estrangeira

Martins, Geraldo Vicente

“The third bank of the river”: semiotics and poetics in a tale by Guimarães Rosa

Estudos Semióticos, vol. 10, n. 1 (2014)

ISSN 1980-4016

Abstract: *This paper will analyse some expressive procedures that would shape the poetic in the short story “A terceira margem do rio” [The third bank of the river], by Brazilian writer Guimarães Rosa. For that reason, we used discourse semiotics, a theory according to which the poetic in a text can be found when the categories of the expression plane become homologous to the content plane, taking the message to a higher degree of charm and effectiveness.*

Keywords: *Paris School Semiotics, poeticity, brazilian literature, Guimarães Rosa*

Como citar este artigo

Martins, Geraldo Vicente. “A terceira margem do rio”: Semiótica e poética em Guimarães Rosa. *Estudos Semióticos*. [on-line] Disponível em: (<http://revistas.usp.br/esse>). Editores Responsáveis: Ivã Carlos Lopes e José Américo Bezerra Saraiva. Volume 10, Número 1, São Paulo, Julho de 2014, p. 20–26. Acesso em “dia/mês/ano”.

Data de recebimento do artigo: 13/dezembro/2013

Data de sua aprovação: 02/março/2014
